

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: MEIO SÉCULO DE DISPUTA PELA MEMÓRIA COMUNISTA

Patrícia Sposito Mechi*

RESUMO

Este artigo aborda a cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocorrida em 1962, a partir da disputa ideológica que se instalou em suas fileiras com a divulgação da *Declaração de Março de 1958*. Ela trazia uma nova orientação política para a agremiação, advinda do impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1956, e das modificações que ocorriam no desenvolvimento capitalista nacional e internacional. As novas diretrizes foram recebidas por um grupo pequeno, mas atuante, como a expressão da “contaminação” do partido por ideias burguesas. Para combatê-la, tiveram como base a linha política que vigorara na década anterior, preconizada no *Manifesto de Agosto de 1950*. A disputa se desenvolveu até 1962 quando o grupo dissidente fundou o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, desde então, apresenta-se como continuador da tradição comunista brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Esquerda, Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB), memória.

ABSTRACT

This article approaches the division of the Brazilian Communist Party (PCB) that occurred in 1962, from the ideological struggle that has taken place in its ranks with the release of the *Declaration of March 1958*. It brought a new political course for the group, stemming from the impact of the XX Congress of the Communist Party of the Soviet Union, held in 1956, and the changes occurred in the national and international capitalist development. The new guidelines were received by a small but active group as the expression of "contamination" of the party by bourgeois ideals. In order to fight them, they subscribed a political trend once powerful in the previous decade, advocated in the *Manifesto of August 1950*. The dispute took place until 1962 when the group founded the Communist Party of Brazil (PC do B). Since then, it presents itself as a continuer of the Brazilian Communist tradition.

KEYWORDS: Left, Communist Party of Brazil (PC do B), Brazilian Communist Party (PCB), memory.

* Doutora em História Social pela PUC-SP, Professora Adjunta de História Contemporânea do curso de História da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional. Rua 03, Quadra 17, Lote 11, S/Nº, Setor Jardim dos Ipês / CEP: 77500-000 / Porto Nacional – TO.

O ano de 2012, em que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) chegou aos seus 90 anos de existência, foi marcado pelas comemorações de outra agremiação política que também estaria completando a mesma idade: o Partido Comunista do Brasil (PC do B). No primeiro caso, a efeméride ensejou seminários, publicações e debates nos meios acadêmicos, sindicais e entre militantes de esquerda. No segundo, divulgaram-se as produções partidárias – sejam textos ou vídeos produzidos para televisão ou internet, cujo intuito não foi fomentar o debate e sim consolidar – entre os setores populares e as classes médias – uma memória que vinculasse o Partido Comunista do Brasil ao partido comunista fundado em 1922.

Esta continuidade entre o PC do B e o “autêntico” PCB foi intentada por seus dirigentes ao longo dos últimos 50 anos. A partir de 1962, quando ocorreu a primeira cisão no PCB – que deu origem ao PC do B – os militantes deste último se apresentam como a continuidade do “verdadeiro” partido da classe operária, que teria sido contaminado por ideias burguesas desde o final dos anos 1950, situação que teria perdurado até 1962, quando o partido teria sido “reorganizado” e depurado.

Muitos elementos são utilizados pelo PC do B na busca da herança comunista brasileira. Além dos aludidos acima, pode-se mencionar o nome que o partido possuía em 1922: PCB significava Partido Comunista do Brasil, o que só foi modificado em 1962; o periódico *A Classe Operária*, um dos principais jornais do PCB, foi mantido e dirigido pelo PC do B após 1962; é possível referir ainda que importantes quadros do PCB migraram para o PC do B também em 1962.

Mais importante do que elencar esses elementos é buscar a origem da cisão. Por que em 1962 o PCB deixou de ser o único partido comunista no Brasil e passou a conviver com outro, que reivindicava ser o autêntico portador de sua herança, sua memória e sua tradição? Por que, passados mais de 50 anos, a despeito de todos os rechaços, o PC do B mantém o discurso de sua vinculação com o partido comunista fundado em 1922?

Este artigo tem a intenção de estudar a disputa que trava o PC do B pela herança comunista, problematizando seu momento originário: a cisão de 1962 e do surgimento de dois PC's no Brasil.

Uma nova linha política para o PCB

Em meados da década de 1950, partidos comunistas pelo mundo todo foram impactados pelas revelações feitas durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956. Nele, Nikita Krushev divulgou um relatório secreto denunciando os crimes de Stálin, as perseguições aos seus opositores e os expurgos ocorridos na União Soviética. Criticou-se o estalinismo e o “culto à personalidade”, um de seus aspectos mais evidentes. Também foi nesse congresso que a URSS passou a apregoar a coexistência pacífica, com a diminuição das “tensões internacionais”, com o objetivo de “consolidar a paz” (KRUSCHEV, s/d).

O relatório sobre os crimes de Stálin foi recebido inicialmente como uma farsa pelos comunistas brasileiros. Somente com o retorno de Arruda Câmara da União Soviética foi que o PCB pode confirmar sua veracidade. O impacto do XX Congresso do PCUS foi profundo no partido, que em 1958 passou a adotar uma nova linha política.

A nova orientação política do PCB advinha do impacto da divulgação dos documentos do XX Congresso dos PCUS, mas também das modificações ocorridas no capitalismo brasileiro e mundial. A direção do partido, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, fez publicar a *Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro de março de 1958*, conhecida como Declaração de março de 1958.

Nesta o PCB indicava que o Brasil passara por modificações importantes em sua atrasada estrutura econômica, que tinha como principal elemento o desenvolvimento de um capitalismo nacional. Este era visto como um elemento progressista, que se chocava contra o imperialismo – considerado o principal entrave ao desenvolvimento do país e que tinha sua principal base de sustentação nos latifundiários.

O desenvolvimento capitalista industrial trouxera o aumento expressivo do proletariado urbano e, conseqüentemente, incrementou-se seu peso na composição das

forças progressistas do país. Além do proletariado, surgiu e se fortaleceu uma burguesia industrial, com um “caráter nacional”.

Apesar de pontuar o desenvolvimento capitalista nacional como positivo, o PCB indicava que este se desenvolvera numa estrutura econômica retrógrada, em que nas áreas rurais se conservaram relações de produção atrasadas em vastas regiões do país - denominadas pela agremiação política de pré-capitalistas - e nas áreas urbanas, o desenvolvimento do capitalismo nacional era prejudicado pela manutenção da dominação imperialista em alguns ramos da indústria, em especial o imperialismo estadunidense. Uma das causas que o partido apontava como responsável pela permanência desses entraves, era a incapacidade das forças progressistas em combatê-las.

Entretanto, tal desenvolvimento teria se refletido “no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo” (1980, p.7), que passou a contar com a presença de elementos de uma “burguesia nacional” em seus postos. Apesar da prevalência dos setores conservadores, ligados aos latifundiários, o Estado brasileiro seria cada vez mais objeto de disputa pelo setor progressista da burguesia que, a despeito de alguns compromissos que poderiam ser firmados com os setores reacionários, procurava controlar ramos da política estatal, entrando em choque direto contra os conservadores.

A nova composição social brasileira, refletida nos postos do Estado, revelava para o PCB a democratização do país, que foi considerada uma “tendência permanente” (1980, p. 8) e para consolidá-la – assim como a tendência de desenvolvimento e fortalecimento do capitalismo nacional – seria necessário combater o imperialismo e as forças internas que o sustentavam e, ao mesmo tempo, perseguir o objetivo de “defender, estender e consolidar o regime da legalidade constitucional e democrático” (1980, p. 9).

Em síntese, o PCB via condições para apostar numa aliança com os setores progressistas, em especial com a “burguesia nacional”, na luta contra o principal inimigo do país: o imperialismo, que teria seu ponto de apoio nos setores latifundiários. A “etapa” da revolução (naquele momento) seria a “democrático-burguesa”, conduzida de forma pacífica, dentro dos limites legais e constitucionais existentes no país.

A Declaração de março trazia uma mudança tática na atuação do PCB, que a partir dela abandonou a luta armada e buscou consolidar o caminho legal e pacífico, mas manteve a estratégia de uma revolução agrária e antimperialista que “sintomaticamente (...) passaria a ser denominada de *nacional e democrática*” (grifos do autor) (PRESTES, 2011, p. 148).

A ideologia nacional-desenvolvimentista, desenvolvida no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) teve grande influência na reformulação da linha política do PCB. O nacional-desenvolvimentismo centrava-se na tese dos “dois brasis”, e apontava a existência de oposições entre setores burgueses pró e anti-imperialistas, além de “setores modernos” e “setores tradicionais”. A partir das leituras do ISEB cristalizaram-se algumas crenças sobre a composição e o papel das classes sociais, assim como se divulgou uma versão acerca das contradições “principais” e “secundárias” que se verificariam no país, e que compuseram uma das bases do pensamento da esquerda brasileira.¹

Esta avaliação sobre a modificação do contexto internacional, na qual a coexistência pacífica permitiria que os comunistas atuassem dentro dos marcos legais, foi assumida pelo PCB como uma diretriz importante em sua linha política. As modificações no capitalismo brasileiro e o rearranjo na composição das forças sociais no controle do Estado ensejaram uma aproximação entre os comunistas e os trabalhadores, que se processou desde meados dos anos 1950, mas que se intensificou sobremaneira no início dos anos 1960, principalmente durante o governo de João Goulart.

A partir da nova linha política, os comunistas se empenharam em ações como o apoio aos candidatos nacionalistas e a campanha pela anistia de Prestes, que respondia, junto com outros companheiros, a “processo em curso na Justiça Federal pelo ‘crime’ de organização do Partido Comunista, considerado uma entidade alienígena, a serviço de potência estrangeira” (Ibid., p. 150). A atuação dos comunistas se fazia num contexto

¹ Grosso modo, do ISEB saíram as teorias que dividiam a sociedade em setores “dinâmicos e produtivos” (ou setores modernos) e “setores estáticos e parasitários” (setores tradicionais). Para os estudiosos do ISEB, a principal contradição do país residiria na luta entre os polos “nação e antinação”, referenciados ao imperialismo. TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

em que, a despeito das “tendências democráticas”, ficavam claros seus limites na sociedade brasileira. Mesmo podendo ter uma atuação legal, os comunistas viam a possibilidade de organizar o partido impedida pela Lei Eleitoral, que em seu artigo nº58 “considerava tal tentativa crime passível de condenação pela Justiça do país” (Idem).

Mesmo em condições adversas, a atuação legal dos comunistas se estendeu aos anos subsequentes, tomando parte ativa no jogo político-eleitoral. “Prestes viajaria pelo país emprestando o apoio comunista a candidatos que supostamente assumiam compromissos com as posições nacionalistas no combate ao chamado ‘entreguismo’ ” (Ibid., p. 151) seguindo a tática prevista na Declaração de março, de lutar por um governo nacionalista e democrático (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980).

Na campanha presidencial de 1960 o PCB, com Prestes à frente, divulgava no periódico *Novos Rumos* a defesa das posições nacionalistas contra o “entreguismo”. O candidato apoiado pelos comunistas, Marechal Lott, era identificado como continuador de Juscelino Kubitschek, visto como um governo de composição heterogênea, que faria concessões ao imperialismo ao mesmo tempo em que, no interior do Estado, possibilitaria a luta interna dos setores nacionalistas.

Já a campanha de Jânio Quadros era caracterizada como “reacionária” e “entreguista”. Como se sabe, Quadros venceu as eleições mas manteve-se na presidência da República apenas sete meses, ao fim dos quais renunciou com a intenção de voltar ao cargo com poderes de ditador. Frustradas as intenções de Quadros, abriu-se uma crise em torno da posse do vice-presidente, João Goulart. A solução negociada foi a sua posse sob o regime parlamentarista.

Da posse de Jango ao final do governo, deposto por um golpe civil-militar em 1964, o Brasil viveu um momento de grande efervescência cultural e política. A historiografia aponta esse período pela ampliação do debate público, pela disputa de projetos de desenvolvimento para o Brasil, numa época em que se afirmava que o país estava ficando “irreconhecivelmente inteligente” (SCHWARTZ, 1978). Os debates vinham acompanhados de demonstrações de insatisfação de trabalhadores urbanos e rurais, que realizaram importantes lutas, ganhando destaque as greves nas cidades e as Ligas Camponesas. Em essência, estava em questão para os setores populares a ampliação da democracia política e reformas no capitalismo brasileiro, orientadas para o alargamento do mercado consumidor, com a incorporação de segmentos populares aos

quais era vedado o consumo de bens industrializados, dado o pauperismo que os atingia. As demandas eram muitas e as pressões sobre João Goulart vinham de diversos lados.

Foi no contexto do governo de João Goulart que a defesa pelo estreitamento das relações entre os comunistas e a “burguesia nacional” ganhou mais força no PCB. A esta época, a agremiação via como positiva a participação dos comunistas num governo de coalizão com setores nacionalistas. Era um cenário propício para o aprofundamento das tendências enunciadas na Declaração de março de 1958. O PCB passou de um apoio tímido (com algumas críticas durante o governo de Juscelino Kubitschek) para um apoio aberto durante o governo Jango.

Sinais de fratura entre os comunistas

A política adotada pelo PCB a partir de 1958 não foi unanimemente aceita no partido. O grupo liderado por Luís Carlos Prestes, que representava esta renovação, sofreu a oposição de outros grupos, entre eles, o que daria origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). As críticas que este grupo dirigiu à Declaração de março de 1958 se atrelavam à antiga linha política do partido, definida no Manifesto de agosto de 1950, que influenciou o partido até o final da década. Alguns dirigentes que tiveram papel destacado na elaboração deste documento e na implementação das políticas que ele previa – Pedro Pomar, Angelo Arroyo, João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, que assumiriam o controle do partido durante aqueles anos – seriam os críticos mais veementes da linha política adotada a partir de 1958.

Esboçada a partir de 1948, a linha política que tem no Manifesto de agosto de 1950 sua versão mais acabada, orientou a atuação dos comunistas durante quase toda a década. Retomar alguns de seus aspectos lança luzes sobre a cisão ocorrida em 1962, já que as incompatibilidades entre as posições dos dois grupos – que levaram o partido à cisão em 1962 – estavam contidas nessas duas orientações políticas.

No final dos anos 1940 o PCB passou à clandestinidade após um breve período de existência legal. Seus parlamentares foram cassados e seus militantes perseguidos, presos, torturados e mortos. Segatto afirma que “isso tudo provoca, entre os dirigentes e militantes comunistas, um profundo sentimento de derrota e descrédito no “jogo”

político da “democracia burguesa”, tendo como consequência uma revisão radical de sua política” (SEGATTO, 1989, p. 81), processo que caracteriza como de metamorfose, para o qual também contribuiu as mudanças advindas da criação do Kominform – Agência de Informação dos Partidos Comunistas em 1947, marcada pelo dogmatismo estalinista.

No manifesto, o governo Dutra foi caracterizado como de “traição nacional”, no qual a dominação imperialista avançava a cada dia e assumia “aspectos mais violentos e sombrios” (COMITÊ NACIONAL DO PCB, 1950, p. 2). A violência dos dominadores teria como resposta a “violência das massas” (1950, p. 6) e estava posta, para o PCB, a saída revolucionária como a única forma de libertar-se do jugo imperialista.

A tática do PCB é definida pelo autor como cada vez mais enrijecida, “mais estreita, sectária e voluntarista” (SEGATTO, 1989, p. 75) e assinala que o período foi caracterizado pela perda da força dos comunistas nos sindicatos, pelo rechaço aos intelectuais que não instrumentalizassem seu trabalho teórico às necessidades do partido, sob o risco de serem acusados de “desvios burgueses”, pela prevalência do “realismo socialista” no campo estético e pelo voluntarismo. Como afirmava Armênio Guedes: “Em qualquer lugar onde surgisse uma luta, essa poderia ser o foco de uma revolução vitoriosa. E nós levávamos isso à prática” (GUEDES apud SEGATTO, 1989, p.76).

Apesar da linha política adotada no manifesto de agosto, os comunistas atuaram de maneira decisiva nas campanhas pelo monopólio estatal do petróleo, contra o envio de soldados para a Guerra da Coreia, além de desenvolver uma atividade de organização de assalariados rurais em sindicatos e na formação de ligas camponesas. Também nos sindicatos urbanos, apesar de ver suas forças diminuídas, registra-se uma retomada, a partir de 1951, da base da militância à seu trabalho junto ao operariado organizado. Esta ocorreu numa aliança com setores trabalhistas, e contribuiu para a eclosão de grandes greves ao longo da década. Apesar desses avanços, a linha geral do manifesto de agosto se sobrepunha à prática do partido e foi confirmada no congresso seguinte, em 1954.

Essa situação perdurou no PCB até a Declaração de março de 1958, que provocou intensos debates no interior da agremiação política. Entre os críticos, o grupo de dirigentes que exercera a liderança sobre o partido nos anos anteriores, fez circular

através da imprensa partidária textos que procuravam desenvolver uma “batalha ideológica”, combatendo a nova linha política.

No fundamental, o grupo criticou o apoio à burguesia, a aproximação do PCB do governo, a defesa da via legal e pacífica, e uma perspectiva que denominaram de “evolucionista” no desenvolvimento do capitalismo ao socialismo, a partir da qual situavam a proposição da nova linha política do PCB nas lutas pelas reformas. Para este grupo, tais posições evidenciavam o fortalecimento no interior do partido de uma tendência “revisionista” e “liquidacionista” que pôde se manifestar mais abertamente após as resoluções do XX Congresso do PCUS.

O que estava em jogo para os críticos era a hegemonia do proletariado na condução política das lutas democráticas, antimperialistas e antifeudais que os comunistas deveriam desenvolver. A nova linha política subsumiria os comunistas à burguesia, que estariam cedendo para esta classe social o comando do processo político. A crítica aproximação do PCB com a burguesia nacional enfatizava que o partido estaria à “reboque” desta classe.

Da mesma forma, criticava-se a proposição da luta por reformas tal como o PCB a apresentava. Avaliava-se que, lutar por reformas econômicas e políticas, numa aliança com a “burguesia nacional” em que esta se tornasse protagonista, era o abandono da perspectiva revolucionária do partido (GRABOIS, 1960). A aproximação com setores burgueses que ocupavam postos no Estado, e a busca por estabelecer um governo de coalizão era rechaçada. Argumentava-se que o “avanço das reformas” não poderia ser confundido com o “avanço na consciência de classe do proletariado” (AMAZONAS, 1960, p. 7).

Ao tratar do panorama internacional, assinalavam a expansão dos países socialistas, indicando como um contrassenso que, com o avanço deste sistema, se procedesse a uma defesa do “amortecimento da luta revolucionária em cada país”, que viam explicitada na linha política defendida pelo PCB (Ibid., p. 7).

As críticas acentuavam que os descaminhos do PCB tinham origem interna, e o XX Congresso do PCUS só aprofundara o que já vinha se desenvolvendo no partido: uma penetração de ideias burguesas que tinha, no limite, a intenção de destruir a agremiação política. A nova linha política era taxada de “confusa”, “de direita” e “oportunista” e seus defensores, de liquidacionistas (Ibid., p. 10).

A despeito de admitir formalmente a necessidade de mudanças na linha do partido, no essencial o grupo repunha em tela a concepção da via da violência revolucionária (DANIELLI, 1960) para o socialismo, a prevalência do partido, a “vanguarda do proletariado”, sobre as massas e negava-se a participação no governo e no jogo político da “democracia burguesa”, tal como o manifesto de agosto de 1950 propugnava.

O V Congresso do PCB: aprofundando a nova linha política

Em 1960 o PCB vislumbrou a possibilidade de legalizar-se. Para isso, divulgou o *Projeto de Estatutos* e as *Teses para Discussão* a serem apreciadas pelo V Congresso do partido. O Projeto de Estatutos apresentava algumas modificações com a finalidade de obter o registro legal do partido, como a retirada das referências ao marxismo-leninismo e alteração de seu nome – deixava de se chamar Partido Comunista do Brasil e passava a ser o Partido Comunista Brasileiro, mas mantinha a sigla PCB.

A modificação foi aprovada pelo V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960, em consonância com a linha política de 1958, que propunha o caminho da legalidade para a atuação dos comunistas. Aprofundando as análises contidas na Declaração de março de 1958, o V Congresso avaliou que o Brasil apresentava condições para a adoção de um caminho pacífico para a revolução brasileira e identificava os principais inimigos a serem combatidos como o imperialismo, principalmente o estadunidense, e os latifundiários. Para combatê-los, propunham formar uma Frente Única, que congregasse as “várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil” (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980, p.50), numa evidente aproximação com setores burgueses.

A situação brasileira era avaliada como favorável à criação de um governo de coalizão que representasse as forças nacionalistas e democráticas, incluindo os comunistas; apontava-se para a necessidade de fortalecer o partido para a organização e direção das lutas populares. As lutas, de caráter antimperialista, seriam o passaporte de entrada para os trabalhadores participarem do governo, no qual era possível dar seguimento ao objetivo de conquistar a etapa “nacional e democrática” da revolução.

Nesta conjuntura, em que se entreabria a possibilidade de participação num governo popular e democrático, a concepção de partido, que vigorou no PCB até meados dos anos 1950, passou a ser considerada superada. Tratava-se de uma concepção em que este deveria ser uma organização voltada para a agitação e propaganda, composta principalmente por militantes profissionais, ou seja, um partido de quadros e pouco numeroso. Era necessário que o partido se tornasse efetivamente de massas, “poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico” (Ibid., p.69).

Em suma, o PCB apresentou no V Congresso modificações profundas em sua linha política, abandonando a perspectiva de uma tomada violenta do poder e propondo a participação dos comunistas no jogo eleitoral e no governo, como forma de promover a revolução antimperialista e antifeudal. A nova política foi veementemente combatida pelo grupo que daria origem ao PC do B, que se caracterizava pela defesa das posições anteriores, superadas pelo V Congresso.

A legalização do PCB em dois momentos

O mesmo grupo que contestou a Declaração de março de 1958 passou a afirmar, após o V Congresso do PCB, que a retirada da referência ao marxismo-leninismo e a mudança no nome do partido era uma tentativa de um grupo revisionista de liquidar o caráter radical do partido. O mais conhecido dos documentos que traz essa argumentação se intitula *Em defesa do Partido*, também chamado *Carta dos cem*, que culminou na expulsão de seus signatários.

Os focos centrais da crítica contida no texto eram as violações dos princípios partidários, a indisciplina e o comprometimento da unidade do partido. Num extrato, lê-se:

O Suplemento de *Novos Rumos*, de 11-8-61, publica o Programa e os Estatutos de um chamado Partido Comunista Brasileiro. O camarada Prestes, em manifesto dirigido ao povo, estampado no mesmo jornal, diz que aqueles documentos serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, visando o

registro de tal partido. Estes documentos constituem, a nosso ver, violação frontal dos princípios partidários (...) ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido. O artigo 32 dos Estatutos diz “As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1961).

O debate ideológico sobre temas como as posições frente à burguesia, o caminho da revolução e o papel do partido que vinha sendo tentado no interior do PCB, foi aparentemente reduzido, no momento da cisão definitiva dos comunistas, à violação dos princípios no tocante à soberania do Congresso sobre as demais instâncias partidárias. No entanto, a crítica à tentativa de legalização do PCB, trazia e aprofundava os mesmos elementos que o grupo que deu origem ao PC do B via como “revisionistas” e perniciosos ao partido: toda essa tendência o levaria à destruição. O problema, para este grupo, não era o método, mas o conteúdo ideológico que assumiu o PCB.

Entretanto, na Carta dos cem (e também nos documentos posteriores, em que o PC do B procura explicar a cisão de 1962), ganha relevância a questão do método autoritário da direção. A ênfase neste aspecto pode ser interpretada como a derradeira tentativa do grupo de fazer o PCB retroceder a posições que haviam sido abandonadas pela agremiação, o que não conseguiram através do debate na imprensa partidária.

A forma como foi feita a tentativa de legalização do PCB, não foi um “golpe da direção”, como argumenta a Carta dos cem. Anita Leocádia Prestes afirma:

O Projeto de Estatutos do PCB, embora discutido durante os trabalhos do V Congresso, não foi dado a público naquela ocasião nem distribuído aos militantes do partido, pois, segundo resolução aprovada no Congresso, o Comitê Central ficou autorizado “a fazer no texto dos Estatutos aprovados as modificações que se tornem necessárias para efeito do registro do Partido no Superior Tribunal Eleitoral”. Da mesma forma, aprovou-se resolução a respeito de “medidas jurídicas” para a legalização do PCB, em que se dizia que “o V Congresso aprovou como indicação ao Comitê Central a proposta de que “o Comitê Central eleito no V Congresso tome urgentemente as medidas jurídicas necessárias à legalidade do PCB” (PRESTES, 2011, p. 165).

De acordo com a estudiosa, “estes documentos desmentem as afirmações posteriores do grupo de ex-dirigentes do PCB que, em 1961, rompeu com o Partido, alegando que o Comitê Central havia desrespeitado as decisões do V Congresso (...)”.

Os argumentos contidos na Carta dos cem são os mesmos encontrados no Manifesto-Programa do PC do B, quando de sua fundação em 1962 (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962).

Em que pese a “falsidade” da polêmica levantada pelos signatários da Carta, o método autoritário que criticavam (na expressão “estalinista”) não foi rechaçado em outro momento da história do partido, a saber, em 1945, quando o Comitê Central também se empenhou no processo de legalização. Naquela ocasião não houve questionamento das manobras da direção do partido, que buscou adequar seus estatutos e programa para garantir seu intento.

As modificações nos documentos do partido foram, em ambos os momentos, estratégias para fins de registro eleitoral. Mas, na segunda ocasião, os dissidentes apresentaram essas ações como mudança ideológica: “(...) o que se fez em 1962 foi algo semelhante ao que já se fizera em 1945 - com o acréscimo da mudança de nome: uma série de “adaptações” no programa partidário, na esperança de assim driblar a vigilância da justiça eleitoral (...)” (PRESTES, 2011, p. 165).

Em 1945, quando o PCB entrou com um pedido para legalização na justiça eleitoral, foi questionado em diversos pontos de seu estatuto e programa em temas como a desapropriação de terras, a união nacional e a socialização dos meios de produção. As respostas criativas enviadas pelo partido à justiça eleitoral incluíam, por exemplo, a afirmação:

No programa do Partido Comunista do Brasil não se incluem os princípios filosóficos marxistas leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos, mas apenas as proposições políticas consideradas pelo Partido fundamentais, dentro da realidade brasileira, para a Unidade, a Democracia e o Progresso de nossa Pátria (BICALHO, 1980, p. 99).

Uma das alegações que trazia a Carta dos cem, a retirada do “marxismo-leninismo” dos estatutos, já havia acontecido em 1945 e não havia significado, naquela ocasião, o abandono deste princípio. Os documentos apresentados e as respostas que o partido ofereceu aos questionamentos feitos pelo relator nos levam a inferir que eles foram recebidos como um engodo, contudo não haveria como proibir sua existência legal naquele contexto. O relator não deixa de utilizar uma pitada de ironia em seu parecer que legaliza o PCB:

Será um partido comunista *sui-generis*; um comunismo de que se esvaziou toda substância ideológica; um comunismo do Brasil; um partido comunista, em suma, sem marxismo, sem leninismo, sem ditadura do proletariado, sem nada do que se compreende por comunismo no mundo inteiro. Mas, um partido do lado oposto, um partido liberal, um partido capitalista, um partido democrático, pelo compromisso escrito de respeito integral aos princípios democráticos, à brasileira, e respeito aos direitos fundamentais do homem, definidos na Constituição, uma democracia, em suma à inglesa (DIÁRIO DE JUSTIÇA apud BICALHO, 1980, p. 99).

Guardadas as devidas distâncias, a leitura que o grupo que daria origem ao PC do B fez dos novos estatutos, indicava também para um partido comunista “sem marxismo, sem leninismo”, ao afirmar que os novos estatutos liquidavam o “tradicional partido de vanguarda da classe operária” e o substituíam “por uma organização desprovida de características revolucionárias” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1962).

Esta referência, muito mais do que demarcar o problema da mudança do nome do partido, apontava para as críticas que os dissidentes vinham fazendo ao grupo de Prestes desde a divulgação da Declaração de março de 1958. Por fim, a Carta dos cem afirmava: “A legalidade do Partido não pode ser obtida com manipulações jurídicas, nem através de concessões em matéria de princípios, e, muito menos tentando enganar com manobras a justiça das classes dominantes” (Idem). Ou seja, no processo de legalização do partido em 1961 não valiam as mesmas regras que foram amplamente aceitas em 1945.

Quatro meses após a legalização do PCB em 1945, dois pedidos de cassação foram apresentados ao Tribunal Superior Eleitoral, sob a alegação de que o partido era uma filial do partido da União Soviética. Coube ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal investigar o partido, examinando a imprensa do PCB e a “suposta existência de outro Estatuto e Programa, diferentes daqueles formalmente registrados no Tribunal” (BICALHO, 1980, p. 100, 101).

Publicado abertamente na imprensa comunista como *Projeto de reforma do Estatuto*, o verdadeiro Estatuto do PCB foi “descoberto” pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal que alegou que “este ‘projeto de reforma’ é o estatuto verdadeiro, lançando mão para isto do regulamento da comissão de finanças, que faz

diversas referências ao projeto de reforma, demonstrando ser este o estatuto *de fato* do partido” (Ibid., p. 102).

Um dos signatários da Carta dos cem e que se tornaria nos anos 1960 e 1970 um dos principais dirigentes do PC do B, João Amazonas, às vésperas da cassação do registro do PCB, foi responsável por tentar reverter a “descoberta” do verdadeiro estatuto do partido:

(...) trata-se de projeto de reforma, não dos Estatutos ora em vigor e devidamente registrados, mas dos antigos Estatutos, que também estavam regularmente registrados. Os Estatutos atuais, acrescentou, já exprimem aquele Projeto depois de debatido e votado pelos órgãos competentes do Partido. Quanto ao Regulamento da Comissão de Finanças, asseverou haver sido elaborado por Álvaro Soares Ventura, então Tesoureiro do partido, e a referência [ao "projeto de reforma"] resulta de um lapso de sua parte, tanto mais compreensível quando se sabe haver partido de um homem simples, de instrução primária, pouco afeto a assuntos desta natureza” (Ibid., p. 102-103).

Para obter seu registro legal em 1945, o PCB utilizou subterfúgios para que um parlamento majoritariamente burguês não tivesse outra saída, no contexto do pós-guerra, a não ser legalizá-lo. Não fosse pela manobra jurídica, de apresentar um “estatuto apenas para fins de registro”, o partido não teria obtido seu registro. Nos detivemos nesta questão porque entre os envolvidos nas estratégias para a legalização em 1945, estava o já citado João Amazonas e também Maurício Grabois, juntamente com Prestes. Estes três nomes foram os que tentaram, após a cassação do partido, fazer com que a agremiação continuasse funcionando como sociedade civil. Amazonas e Pomar estiveram na linha de frente contra o processo de legalização de 1961 e foram responsáveis por afirmações como: “A luta pela legalidade do Partido é uma luta política e não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições (...) Assim pensando, não podemos concordar com a alteração do nome do nosso glorioso Partido” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1961).

Expulsão dos dissidentes e “reorganização” do Partido Comunista

A Carta dos cem teve como resposta um documento publicado no semanário *Novos Rumos*, que acusava os dissidentes de fracionistas (a fração era proibida no PCB) e expulsava uma série de dirigentes, com o seguinte argumento:

Em defesa da unidade do movimento comunista brasileiro, denunciemos aos comunistas, aos amigos e simpatizantes, aos trabalhadores em geral, a atividade de um pequeno grupo fracionista encabeçado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, que no passado exerceram funções dirigentes de âmbito nacional no movimento comunista. Do grupo fazem parte também José Duarte, Ângelo Arroyo, Walter Martins (Pepe), Calil Chade, Carlos Danielli e Lincoln Oeste. Este reduzido número de elementos lançou-se a um ataque sistemático contra a unidade e a disciplina do movimento comunista, violou as decisões adotadas e entregou-se a uma insidiosa atividade desagregadora, sendo, por isso, expulso de nossas fileiras. (...)As origens do grupo remontam a fins de 1956, princípios de 1957, quando se travou em nossas fileiras intensa luta interna, a propósito de questões suscitadas em torno do XX Congresso do PCUS (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1962, p. 1).

Entretanto, os militantes expulsos realizaram em 18 de fevereiro de 1962 uma “Conferência Nacional Extraordinária”, em que decidiram “reorganizar” o partido. Da conferência resultou a eleição de um Comitê Central de 25 membros, com um secretariado composto por cinco deles: João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Calil Chade (GALDINO, 1994, p. 48). Na história do PCB, encontra-se registrada a expulsão desses ex-dirigentes que fundaram um novo partido; na história do PC do B, por sua vez, afirma-se que em 1962 o partido fora “reorganizado” e “depurado”, com a expulsão dos elementos que haviam capitulado ante a burguesia e transformados em seus lacaios – o grupo de Prestes, que permaneceu no PCB.

A maior parte da bibliografia refuta a versão apresentada pelo PC do B para a cisão e, da mesma forma, não reconhece a legitimidade desse partido como continuador da tradição comunista inaugurada em 1922. Como demonstramos, o PC do B pode ser tido, no máximo, um continuador da linha política do manifesto de agosto de 1950, superada pelo PCB, em 1958.

A construção da memória do PC do B: uma resposta para o presente

A cisão, a expulsão de parte de seus dirigentes e o surgimento de dois partidos comunistas no Brasil refletem concepções distintas sobre diversas questões. Todavia, no essencial, a análise da documentação sugere que as divergências eram menores do que se pode supor. Ambos propunham a revolução por etapas, identificavam o imperialismo como principal inimigo a se combater e apontavam a necessidade de superação dos “restos feudais” na estrutura agrária brasileira. O caminho para a revolução – armado para o PC do B e pacífico para o PCB – a aproximação do PCB com setores burgueses de “caráter nacional” e sua participação no governo foram os principais motivos da cisão.

A Declaração de março de 1958 demarcou o início da mudança da linha política no PCB, mas não superou integralmente a visão sobre o papel e a função do partido, as formas de se fazer a revolução, as concepções sobre as classes e seus segmentos. Tampouco deixou de apresentar uma visão dogmática sobre a realidade brasileira, ainda explicada a partir de modelos europeus.

O grupo que deu origem ao PC do B, entretanto, refutou qualquer modificação nestas concepções. Mantiveram os fundamentos “marxista-leninistas” tal como se desenvolveram no período estalinista, combatendo aquilo que identificavam como “surto revisionista”, esperando ser os legítimos representantes do movimento comunista brasileiro. Para tanto, procuraram o reconhecimento oficial da União Soviética, o que foi tentado, sem sucesso, pela sua direção (SALLES, 2001). Ante a recusa, deixaram de ver o PCUS como o principal partido do comunismo no mundo e voltaram seus olhares para a China e, mais tarde, para a Albânia.

Os choques entre o PC do B e o PCB, em que o primeiro acusava o outro de “reformista” e se apresentava como o “verdadeiro partido da revolução”, representa uma parcela dos embates em que se consumia grande parte da esquerda durante o período – que se agravaria com o golpe de 1964 – e evidencia a incapacidade do PCB de continuar aglutinando as esquerdas, o que também não foi conseguido pelo PC do B.

Hoje o PC do B cultiva a memória dos “90 anos da fundação do partido” e a guerrilha do Araguaia como partes importantes de sua história, exaltando em ambos os casos o heroísmo e a abnegação de seus militantes. A opção pela luta armada foi

abandonada nos anos 1970, no contexto da emergência das greves operárias e da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Todavia, a ideia de uma revolução “democrático burguesa” ainda permanece como componente ideológico da agremiação política.

Em seus documentos atuais, afirma que o partido vive uma das fases mais ricas de sua história (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2012) e sua participação no governo se dá porque “(...) os comunistas acreditam que é por meio deste governo que será possível realizar uma mudança democrática, soberana e popular no país” e porque “atualmente não existe alternativa mais avançada e viável para se atingir, ainda que parcialmente, os objetivos maiores” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 2012).

As massas populares parecem ter sido uma “presença ausente” na história do PC do B. Na cisão, procuravam manter a estrutura de um partido de quadros, pouco numeroso, composto por “militantes profissionais”; no Araguaia, a participação popular foi irrelevante e, atualmente, o partido não atua no fortalecimento das lutas e movimentos sociais ou sindicais, mas no parlamento, em conjunto com as “forças progressistas”.

Passadas décadas da cisão, o partido procura forjar uma continuidade entre o PCB fundado em 1922, os guerrilheiros do Araguaia e sua atual composição política. Em 2012, o partido comemorou, além dos 40 anos do início da guerrilha, os “90 anos” de sua fundação.

Durante a comemoração, procurou incorporar Luis Carlos Prestes à sua história, omitindo décadas de críticas ferrenhas ao já falecido militante do PCB. Entre os que rechaçaram esta pretensa identificação entre Prestes e o PCB, esteve Anita Leocádia Prestes, professora da UFRJ e filha do militante e de Olga Benário, morta pelos nazistas nos anos 1940, que pede que o PC do B deixe de utilizar o prestígio de seus pais “numa tentativa deplorável de impedir o desgaste, junto a opinião pública, de dirigentes desse partido acusados de possível envolvimento em atos de corrupção” (PRESTES, 2011), afirmando, ainda que esta atitude seria certamente por eles repudiada.

O PC do B procura apresentar uma coerência interna e um avanço ininterrupto para posições mais avançadas na memória que forjam a partir do partido comunista de 1922, que culmina na sua atual participação no governo. Entretanto, como procurou-se demonstrar neste artigo, tal continuidade não encontra sustentação ao se analisar mais

profundamente a história do partido nas últimas décadas. Sem poder se apresentar como representante das “massas”, o PC do B oferece a estas, em substituição à participação popular, a sua história oficial, incorporando elementos estranhos e que tem sido construída por aqueles que não podem dar respostas às atuais demandas populares.

Referências

AMAZONAS, J. A linha atual e as reformas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 17 a 23 de junho de 1960, p. 07. Disponível em:

http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=33&id_publicacao=225&id_indice=1941. Acesso em: 12 de outubro de 2011.

BICALHO, Luiz de Carvalho. *PCB: processo de cassação de registro (1947)*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1980.

COMITÊ NACIONAL DO PCB. Manifesto de Agosto de 1950. Partido Comunista Brasileiro. Disponível em:

http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=89:o-manifesto-de-agosto&catid=1:historia-do-pcb. Acesso em: 12 de julho de 2012, p. 2.

DANIELLI, Carlos. Caráter do governo pelo qual lutamos e o caminho da revolução brasileira. *Novos Rumos*, Tribuna de Debates do 5º Congresso do PCB, 03 de junho de 1960, 13 de maio de 1960. Disponível em:

http://fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=33&id_publicacao=24&id_indice=108. Acesso em: 12 de outubro de 2011.

GALDINO, Antônio. *O Partido Comunista do Brasil e o movimento de luta armada nos anos 60*. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1994.

GRABOIS, Maurício. Uma Defesa Falsa de Uma Linha Oportunista. *Novos Rumos*, Tribuna de Debates do 5º Congresso do PCB, 03 de junho de 1960. Disponível em:

http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=33&id_publicacao=24&id_indice=340. Acesso em: 12 de outubro de 2011.

KRUSCHEV, N. S. *Informe Sobre a Atividade do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética ao XX Congresso do Partido*. Arquivo marxista na

internet, s/d. Disponível

em: <http://www.marxists.org/portugues/khrushchev/1956/congresso/cap01.htm>.

Acesso em: 22 de julho de 2012.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro. In: _____ *PCB: Vinte anos de Política: 1958-1979 (documentos)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. 254p. (A questão social no Brasil, 7).

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Em defesa do Partido [carta dos cem]. Fundação Maurício Grabois/Centro de Documentação e Memória. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=49&id_noticia=127. Acesso em: 10 de janeiro de 2007.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto-Programa. In: _____: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Quem é e o que quer o Partido Comunista do Brasil. *Partido Comunista do Brasil*. Disponível em: http://www.pcdob.org.br/texto.php?id_texto_fixo=4&id_secao=145. Acesso em: 18 de julho de 2012.

PRESTES, Anita L. Da Declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 32, p.147-174, 2011. Disponível em:

http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2692:da-declaracao-de-marco-de-1958-a-renuncia-de-janio-quadros-as-vicissitudes-do-pcb-na-luta-por-um-governo-nacionalista-e-democratico&catid=56:memoria . Acesso

PRESTES, Anita Leocádia. Carta de Anita Prestes ao PC do B. *Partido Comunista Brasileiro*. Disponível em:

http://www.pcb.org.br/portal/Index.php?option=com_content&view=article&id=3164:carta-de-anita-prestes-ao-pcdob&catid=36:diversos . Acesso em: 20 de novembro de 2011.

SALES, J. R. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.

SCHWARTZ, Roberto. *Cultura e Política, 1964-1969*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

Recebido em 1 de Fevereiro 2014/

Aprovado em 20 de Junho 2014.